

Currículo, Formação e Internacionalização: desafios contemporâneos

José Carlos Morgado
Joana Sousa
Antonio Flávio Moreira
Arlindo Vieira
(Orgs.)



Título

Currículo, Formação e Internacionalização: desafios contemporâneos

Organizadores

José Carlos Morgado, Joana Sousa, Antonio Flávio Moreira, Arlindo Vieira

Edição

Centro de Investigação em Educação (CIEd)
Instituto de Educação, Universidade do Minho

ISBN

978-989-8525-57-4

Data

Março 2018

Nota editorial

Todos os textos publicados são da inteira responsabilidade dos autores e coautores que autorizaram a sua publicação. Em todos os textos foram mantidas as peculiaridades da língua portuguesa usadas em Portugal e no Brasil e respeitado o formato das referências bibliográficas.

Apoios



Este trabalho é financiado pelo CIEd - Centro de Investigação em Educação, projetos UID/CED/1661/2013 e UID/CED/1661/2016, Instituto de Educação, Universidade do Minho, através de fundos nacionais da FCT/MCTES-PT.

Design Gráfico

Luís Borges
luismborges@gmail.com

Crise migratória ou crise de humanismo?

Liliana Rodrigues
Universidade da Madeira, Portugal
liliana@uma.pt

Resumo

Esta deveria ser uma época em que, graças aos fluxos económicos e à força das redes sociais, se esbateriam fronteiras políticas, culturais e territoriais, numa comunhão de experiências e de humanidade. No entanto, como costuma suceder em tempos de crise, não apenas essas fronteiras tendem a acentuar-se, como também se desmaterializam e se implantam no espírito humano. A primeira fronteira, e a que sustenta todas as outras, encontra-se aí, na nossa mente. É por aí que deve começar o nosso combate. Na nossa consciência. Quem migra, fá-lo na esperança de uma vida melhor. Deveria bastar-nos esta razão.

Mas quando isso não é suficiente temos uma outra arma: a educação. Apenas por ela se pode garantir a integração e a prevenção da radicalização. Não é possível, neste momento na Europa, falarmos de migração excluindo a segurança. Até porque há um número crescente de jovens radicalizados com um papel confirmado no extremismo violento.

Palavras-chave: crise, migração, humanismo, educação, radicalização

Abstract

This should be a time when, thanks to economical flows and the strength of social networks, political, cultural and territorial frontiers should be blurred in a communion of experiences and humanity. However, as is often the case in times of crisis, not only do these borders tend to become more pronounced, they also dematerialize and become embedded in the human spirit. The first frontier, and the one that sustains all the others, is there in our mind. This is where we must start our fight. In our consciousness. The one who migrates, does it in the hope of finding a better life. That should be enough for us.

But when that's not enough we have another weapon: education. Only through it can the integration and prevention of radicalization be guaranteed. It's not possible at this time in Europe to talk about migration and exclude security. Also because there is a growing number of radicalized youths with a confirmed role in violent extremism.

Keywords: crisis, migration, humanism, education, radicalization

1. Crise migratória ou crise de humanismo?

Durante milhares de anos, os homens deslocaram-se livremente pelo mundo. Em 1271, Marco Polo iniciava a sua travessia pela Ásia em busca das maravilhas do mundo. Mais tarde, Ibn Battûta, o célebre viajante e explorador berbere, aventurava-se também pelos quatro cantos do mundo. Pelo menos, do mundo conhecido à altura. Nenhum destes exploradores foi impedido de o fazer por uma qualquer formalidade

administrativa ou verificação de papéis. Claro que esta liberdade de viajar não era absoluta, pensamos sobretudo nos escravos, nas mulheres ou nos servos na Idade Média. Mudar de país era, e ainda é, sobretudo, uma questão de propriedade. Todavia, apenas na segunda metade do século XIX, com o aparecimento dos Estados-Nação, se procede à regulamentação da migração. A fronteira territorial adquiria então o seu carácter político, jurídico e universal.

Etimologicamente, “fronteira” deriva da arquitectura, enquanto “fachada” ou “parte que está mais à frente”, mas cedo adquiriu uma conotação militar, designando precisamente “o lugar por onde o inimigo surge” ou o “lugar que está em contacto com o inimigo”. Temos assim que o próprio conceito de fronteira contém, na sua origem, alguma hostilidade para com aqueles que, de fora, tentam atravessá-la. Em alguns casos traça-se o espaço a régua e esquadro - veja-se o caso de África - e constrói-se uma população que esperamos que seja mais ou menos homogénea e que partilhe de um sentimento de identidade nacional. A fronteira é, portanto, um conceito inventado, cujo resultado poucas vezes correspondeu à ambição.

Habitualmente, também não reflectimos sobre o papel das migrações na história da humanidade, migrações de Norte a Sul e de Este a Oeste e vice-versa. A mobilidade consegue ser tão ou mais importante do que a guerra, as religiões, as ideologias ou as novas tecnologias.

As fronteiras não são algo de pré-definido, elas são um constructo humano que define e engendra o seu próprio conteúdo. Não há um povo ou uma região que pré-exista e erija fronteiras para se separar dos outros. Antes sucede o oposto, é o traçar de uma fronteira que faz existir, unificando, um povo ou uma determinada região. Mais do que geográfico, a fronteira é um conceito político e institucional. Dá corpo a um Estado-Nação que, a troco da instituição de uma distância imaterial e artificial, muitas vezes nega a própria proximidade geográfica.

Face à questão da migração, a Europa permanece confusa na percepção do mundo que a rodeia. Predomina a preocupação económica e ficamos presos à ideia de migrante do ponto de vista financeiro, isto é, do seu custo. Daí que desmontar os mitos sobre a migração não seja fácil, principalmente quando, de forma intencional, se opta por ignorar o constante movimento populacional na história da Europa e a sua (di)usão de culturas.

Olhamos para o fluxo migratório que chega à Europa e nem sempre nos perguntamos sobre o que faríamos nós no lugar dessas pessoas. Mesmo quando todos nos revemos nas palavras do poeta Warsan Shire, quando nos diz que “no one puts their children in a boat unless the water is safer than the land”. Na maioria dos casos, para os refugiados, a escolha é entre um lugar onde a sua presença não é tolerada e outro onde a sua chegada não é desejada. Também para os migrantes económicos a escolha se afigura simples, a fome e uma existência sem perspectiva ou uma hipótese, ainda que

ténue, de condições toleráveis para si e para a sua família longe de casa. Face àquele que tem a necessidade de tudo abandonar para tentar melhorar a sua vida, vimos se erguerem muros em vez de pontes.

A migração assusta aqueles que a reduzem ao seu carácter invasivo, elemento sensacionalista aproveitado por alguns políticos para capitalizar em proveito próprio e impor um pensamento populista “pronto a usar”. Mesmo quando essa dita ameaça migratória não resiste a uma análise da realidade dos números. Pouco mais de um milhão de refugiados e migrantes chegaram à União Europeia nos últimos dois anos. Um milhão num universo de 500 milhões de cidadãos europeus. Cerca de 0,2%. Um milhão que opta por exercer um direito que lhe assiste e que se encontra consagrado no artigo 13º da Declaração Universal dos Direitos do Homem, o direito de cada pessoa circular livremente e escolher a sua residência no interior de um Estado, assim como o de abandonar o país em que se encontra, incluindo o seu, e o direito de regressar ao seu país. Um direito que, para ser efectivo, precisa de ser enquadrado e garantido por instâncias superiores capazes de o fazer respeitar. Salvaguardando, evidentemente, o direito de cada Estado saber quem acolhe.

Segundo um relatório de 2015 do Alto Comissariado das Nações Unidas, a maioria dos migrantes do mundo (86%) são acolhidos por países em desenvolvimento do hemisfério sul. O continente africano é a primeira terra de acolhimento contra apenas 8% do conjunto dos países da União Europeia (UE). O influxo de um grande número de refugiados e migrantes, aliado à sua súbita “visibilidade”, traz à superfície medos que tentamos esconder, aqueles que nascem da tomada de consciência das nossas próprias fragilidades e inquietações. A forma como vemos os migrantes diz muito acerca de nós mesmos e da confiança que temos na solidez da nossa sociedade. Por vezes, não conseguimos evitar vê-los como arautos de más notícias. Não muito tempo atrás também estas pessoas se sentiam seguras nas suas casas. Olhamos para eles e projectamo-nos num futuro de pesadelo. É também disso que temos medo.

Estamos pois longe da concretização desse direito à mobilidade. O percurso dos migrantes, refugiados e requerentes de asilo comporta uma série impressionante e inaceitável de transgressões a declarações e a tratados que visam salvaguardar os direitos humanos. Ao invés de proceder à organização de canais migratórios seguros e em condições sanitárias adequadas, de proporcionar um direito limitado e condicional de residência a todos aqueles que satisfaçam os critérios, em concertação com serviços especializados encarregues de estudar estratégias de adaptação, de recolocação ou de retorno que garantam a viabilidade da união familiar, vemos que estas pessoas ficam, muitas vezes, por sua própria conta e caem nas redes ilegais de tráfico humano.

Alguns Estados Membros da UE construíram muros e vedações para manter fora os migrantes, sejam eles regulares ou irregulares. Os sistemas sofisticados de vigilância, os guardas de fronteira e os 235 km de vedações ao longo da fronteira externa

da UE revelam a dimensão do problema. Tanto dentro das nossas fronteiras como fora delas.

Se a UE não tem uma política migratória sólida é porque pouco foi antecipado. Em Março de 2011, começou uma guerra civil na Síria. Em Outubro de 2012, o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados informa que a maioria dos refugiados (cerca de 400 mil à altura) está a ser acolhida nos países limítrofes (Irão, Jordânia, Turquia e Líbano) e exorta os países da UE a assegurar o acesso ao seu território dos requerentes de asilo. Em 2013, era já um milhão de pessoas a abandonar a Síria. Três milhões em 2014. Quatro em 2015. Em seis anos de conflito, ultrapassaram a barreira dos cinco milhões. As Nações Unidas sempre alertaram para a necessidade de financiamento à ajuda internacional e aos países na linha da frente ao acolhimento, assim como para a urgência da recolocação e partilha de responsabilidades. António Guterres, então Alto-Comissário das Nações Unidas para os Refugiados, fê-lo por várias vezes: “Europe cannot go on responding to this crisis with a piecemeal or incremental approach. No country can do it alone, and no country can refuse to do its part. It is no surprise that, when a system is unbalanced and dysfunctional, everything gets blocked when the pressure mounts. This is a defining moment for the European Union, and it now has no other choice but to mobilize full force around this crisis. The only way to solve this problem is for the Union and all member states to implement a common strategy, based on responsibility, solidarity and trust”.

Durante todo este período, o Conselho Europeu manteve a mesma linha de actuação, fechando as suas fronteiras aos refugiados em nome da luta contra a imigração clandestina, recusando-se a reconhecer o peso crescente do acolhimento em massa de refugiados na economia e no modo de vida de países como o Líbano ou a Turquia, externalizando, de certa forma, o problema para imediatamente a seguir ter que admitir que o problema se mantinha. A diferença é que agora alguns países são ajudados financeiramente e legitimamente a fazer face a esta crise migratória.

A UE disponibilizou-se, numa base voluntária dos Estados Membros, a recolocar 160 mil requerentes de asilo. Se este objectivo fica muito aquém do que esperávamos, a sua concretização foi ainda pior. O fluxo migratório persistirá, não é um evento esporádico. Está aqui para ficar, de forma mais ou menos aguda. Por isso, mais do que falar de crises migratórias deveremos retomar o conceito de mobilidade e nada melhor do que as palavras do filósofo da Grécia Antiga: “Não sou grego, nem ateniense. Sou cidadão do mundo”.

Se existe uma discrepância ao nível da qualidade de vida dentro da própria UE, essa diferença aumenta exponencialmente em relação aos países de onde chegam os migrantes, principalmente os que se situam a Sul do Mediterrâneo. Falamos de sobrevivência e de esperança daqueles que procuram na Europa o conforto da segurança. Zygmunt Bauman, de forma genial, utiliza um conceito que se adapta perfeitamente aos migrantes, o de “redundant people”, gente localmente

desempregada ou politicamente intolerada que procura uma saída longe das suas casas.

Teremos que admitir que houve uma gestão caótica da crise migratória, que só o é porque a UE não a soube (ou não quis) antecipar. Nisso o Conselho Europeu tem as suas responsabilidades. A política de asilo da UE deve criar instrumentos legais de acolhimento que garantam o pleno respeito do direito internacional e a protecção das fronteiras contra a imigração irregular.

Há uma tendência para transferir a “questão dos refugiados” da área dos direitos humanos universais para a da segurança interna. Não duvidamos de que é importante salvaguardar a segurança dos cidadãos europeus contra potenciais terroristas. Mas será maior o nosso ganho se a solidariedade e a compaixão forem valores sentidos por todos nós face ao sofrimento dos outros. Por isso, a UE precisa acertar o seu “compasso ético e moral”. Isso acontecerá se o foco estiver no alívio da pobreza e nos esforços internacionais para por cobro aos conflitos armados nos países terceiros. Este fluxo maciço de pessoas não irá parar enquanto as causas que estão na sua origem não forem resolvidas. Precisamos reorientar as políticas de cooperação para o desenvolvimento de forma a dar-lhes a oportunidade de ter um futuro nos seus próprios países. Fracassaremos se apenas nos ativermos à obtenção de “resultados” quantificáveis em termos do número de pessoas impedidas de abandonar os denominados “países de trânsito” ou do número de enviados de volta para os países de origem. Uma abordagem deste tipo põe em risco a política de parceria da UE e desencadeia atropelos aos direitos humanos.

Reduzir a política externa da UE a uma estreita agenda de dissuasão e contenção da migração corre o risco de desestabilizar ainda mais os países que já enfrentam conflitos e fragilidades, prejudicando os próprios esforços de desenvolvimento que reforçariam as perspectivas das pessoas e reduziriam a necessidade de empreender a perigosa e arriscada viagem em direcção à Europa. Ao pretender dissuadir em vez de acolher, a política migratória da UE revela-se inútil face à realidade actual.

Seria bom que a actual crise de refugiados na Europa servisse para dar um passo em frente na criação de uma política comum em matéria de asilo e migração que desse resposta à diversidade das políticas estatais, aumentando em simultâneo os padrões de protecção dos direitos humanos de todos aqueles que nos procuram em busca de uma vida melhor. Se a UE não der o exemplo, não podemos esperar que outros o façam. A UE tem o dever de assumir a responsabilidade pelas pessoas necessitadas de protecção internacional e isto não pode estar ligado a qualquer objectivo que passe pela interrupção forçada dos fluxos migratórios.

A tudo isto acrescentamos que, na generalidade dos países da UE, ocorre um decréscimo da população em idade activa, indicando as projecções que haverá um

défice de milhões de pessoas neste sector etário nas próximas décadas. A Europa precisa da migração como de uma injeção de juventude e dinamismo, se pretende, nos anos vindouros, enfrentar com sucesso os desafios do trabalho, do Estado Social e do regime de pensões. A própria OCDE afirma que, nos últimos anos, cerca de 70% do aumento da população activa da UE já se deve à chegada de migrantes.

Na realidade, a Europa não está confrontada com uma crise de migrantes e de refugiados. São estes que estão confrontados com uma crise de humanismo em algumas partes da Europa. E são eles, gente como nós, que têm suportado da pior maneira possível esta crise, isto é, com as suas próprias vidas.

Uma UE fundada na solidariedade não pode deixar os mais vulneráveis entregues à sorte. Uma visão humanista do fenómeno migratório actual requer uma evolução das mentalidades e ainda mais pedagogia. É nosso dever, dos governantes e da sociedade civil, acompanhar e tornar compreensíveis e legítimas as evoluções ditadas pelo interesse geral e pelo respeito da pessoa, encarando este fenómeno migratório, este acontecimento histórico, não como um perigo ou como uma invasão, algo completamente descabido e infundado, mas como uma oportunidade. Muitos dirão que é uma proposta utópica e irrealista e argumentarão com a questão do financiamento e da segurança, que já referimos serem também importantes. Mas o que não podemos permitir é a transformação destes argumentos em armas populistas prontas para destruir qualquer ideia humanista. Não há outra saída senão investir no diálogo que quebra o distanciamento, o desprezo e a indiferença. Apostando numa abordagem em que um conjunto básico de países partilhe de uma cooperação reforçada de forma a incentivar outros a juntar-se a eles numa fase posterior. Depois de 60 anos de UE, é necessário um novo impulso lançado por uma vanguarda compacta de países, com a ética, mais do que a obrigação legal, a desempenhar um papel muito importante nesse esforço. Felizmente, já há alguns sinais nesse sentido, dado por alguns países, como Portugal, que prontamente se colocaram na linha da frente para assumir as suas responsabilidades no reafirmar dos valores que presidiram à construção do projecto europeu.

Esta deveria ser uma época em que, graças aos fluxos económicos e à força das redes sociais, se esbateriam fronteiras políticas, culturais e territoriais, numa comunhão de experiências e de humanidade. No entanto, como costuma suceder em tempos de crise, não apenas essas fronteiras tendem a acentuar-se, como também se desmaterializam e se implantam no espírito humano. A primeira fronteira, e a que sustenta todas as outras, encontra-se aí, na nossa mente. É por aí que deve começar o nosso combate. Na nossa consciência. Quem migra, fá-lo na esperança de uma vida melhor. Deveria bastar-nos esta razão.

Mas quando isso não é suficiente temos uma outra arma: a educação. Apenas por ela se pode garantir a integração e a prevenção da radicalização. Não é possível, neste momento na Europa, falarmos de migração excluindo a segurança. Até porque há

um número crescente de jovens radicalizados com um papel confirmado no extremismo violento. Este número crescente implica um cuidado especial com a dimensão de género, já que são muitas as mulheres que em ruptura com a sociedade caíram na radicalização terrorista.

Assim, as instituições educativas devem conceber um currículo que promova em simultâneo o espírito crítico e a não discriminação. Isto significa a organização de currículos que reforcem a tolerância perante as diferentes religiões, contextualizada histórica, filosófica e ideologicamente. Essencialmente, precisamos de um currículo humanista que coloque os direitos humanos na agenda dos diversos países. O chamado “mundo civilizado” caracteriza-se pelo sentimento de pertença, de partilha e de responsabilidade para com o outro. Os discursos e crimes de ódio revelam bem o abalo deste mundo. E todos são chamados a realizar este currículo para os direitos humanos, seja de forma formal ou não formal.

Entidades locais, universidades, escolas, professores, pais e famílias, psicólogos, especialistas pedagógicos e líderes religiosos estão convocados pela União Europeia para a formação especializada e para a disposição de instrumentos, por parte dos Estados Membros, que permitam a deteção de comportamentos que demonstrem e amplifiquem o fenómeno da radicalização e que permitam ainda criar estratégias de enquadramento dos jovens mais vulneráveis.

Mas há um outro combate a ser feito: o combate à marginalização económica, à exclusão social e à desigualdade. Os programas “Europa para os cidadãos”, “Erasmus +” e “Europa Criativa” não servem apenas para promover os valores europeus. Eles são verdadeiros programas de comunhão e de solidariedade. Sem a sociedade civil e o poder local nenhuma legislação *top down* terá sucesso. O êxito das políticas europeias de migração dependerá sempre de cada cidadão, da educação e da análise crítica do mundo que nos rodeia. A maior fronteira que existe não é feita de pedra nem de arame farpado. É feita de consciência. A nossa.

Referências Bibliográficas

Castro, K. et al. (2009). *Construindo o nosso futuro comum*. Lisboa: ACNUR. Disponível em <https://mhps.net/?get=225/guiaacnurinternet.pdf>

ACNUR in <http://www.acnur.org/portugues/recursos/estatisticas/>

ACNUR in <http://www.acnur.org/portugues/noticias/noticia/deslocamento-forcado-atinge-recorde-global-e-afeta-uma-em-cada-113-pessoas-no-mundo/>

Bauman, Z. (2013). *Europa Líquida*. Lisboa: Nova Delphi.

Warsan Shire in <https://www.poetryfoundation.org/poems-and-poets/poets/detail/warsan-shire>